Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32 Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de VSas, às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício Capital Próprio, e R\$ 2,200,000 de Dividendos Extraordinários utilizando parte do saldo de Reservas Estatutárias encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 4.577.378 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 51.186.235 mil e Ativos Totais de R\$ 57.094.417 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas,

conforme previsto em seu estatuto social. Em 2023 a Sociedade deliberou aos acionistas o montante de R\$ 3.539.689 mil a título de Juros sobre o

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem nece

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil								
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022	
Circulante		4.274.468	4.611.483	Circulante		2.654.969	1.923.937	
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	1.273.976	1.672.810	Impostos e Contribuições a Recolher	18h	473	1.894	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados				Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	17a	2.638.102	1.905.640	
Abrangentes	8	1.309.520	1.507.644	Outras Obrigações		16.394	16.403	
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio a Receber	17a	1.690.579	1.430.636	Não Circulante		3.253.213	2.714.223	
Outros Créditos		393	393	Provisão para Impostos e Contribuições	18e	467.340	451.765	
Não Circulante		52.819.949	51.718.584	Provisão para Riscos Fiscais	11b	2.785.873	2.262.458	
Realizável a Longo Prazo		5.842.472	7.140.499	Patrimônio Líquido		51.186.235	51.691.907	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados				Capital social	12a	27.500.000	25.500.000	
Abrangentes	8	1.165.002	2.111.122					
Valores a Receber	9	-	971.456	Reservas de Lucros	12d	22.596.666	26.037.313	
Tributos a Compensar ou a Recuperar	18g	1.153.939	1.215.164	Outros Resultados Abrangentes		1.089.569	432.930	
Depósitos Judiciais	11b	2.572.236	2.082.817	Lucros/(Prejuízos) Acumulados		-	(278.336)	
Créditos Tributários	18c	951.295	759.940					
Investimentos	10	46.977.477	44.578.085					
Total		57.094.417	56.330.067	Total		57.094.417	56.330.067	

		As Notas Explicativ	vas são parte integ	grante das Demonstrações Financeiras.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE D	DEMONS			
	Nota	2023	2022	
Receitas (Despesas) Operacionais		3.730.469	5.592.322	
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	3.968.544	5.907.946	
Despesas Tributárias	13	(305.598)	(268.383)	F
Despesas Gerais e Administrativas	14	(4.213)	(47.241)	Eventos
Outras Receitas Operacionais	15	71.736	-	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras e dos Tributos		3.730.469	5.592.322	Ajuste Reflexo de Controlada por Adoção de Novas Práticas Contábeis
Resultado Financeiro		729.376	756.738	Saldos em 1º de janeiro de 2022
Receitas Financeiras	16	947.259	926.367	Aumento de Capital
Despesas Financeiras	16	(217.883)	(169.629)	Lucro Líquido do Exercício (1)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		4.459.845	6.349.060	Ajuste de Avaliação Patrimonial
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	117.533	(26.216)	Resultados Abrangentes do
Lucro Líquido do Exercício		4.577.378	6.322.844	Exercício
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos				Destinações: - Reservas
acionistas (expresso em R\$ por ação)				- Juros sobre o Capital
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas	12b	0,58	0,81	Próprio

Edelo basico poi ação acribuíver aos acionistas	0,50	0,01
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Finance	eiras.	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO	- Em Reais mil	
	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.459.845	6.349.060
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.968.544)	(5.907.946)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	(248.573)	(217.825)
Lucro Líquido Ajustado	242.728	223.289
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	2.181.250	(49.980)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações	366.492	456.628
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(162.705)	(166.057)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	2.627.765	463.880
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aumento de Capital em Coligadas/Controladas em Espécie	(395.093)	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	2.032.932	946.945
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	1.637.839	946.945
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(4.664.438)	(568.393)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(4.664.438)	(568.393)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(398.834)	842.432
Início do Exercício	1.672.810	830.378
Fim do Exercício	1 273 976	1 672 810

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

(398.834)

842.432

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Sociedade") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa..

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia). datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercí-

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB), e fundos de investimentos, e apre de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros (i) Classificação dos ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos

contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em con-

junto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR. Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em

datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no

resultado do período. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos

d) Investimentos

São classificados como controladas e coligadas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas contábeis e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabili zado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2023 e de 2022, não houve perda por impairment

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade da média ponderada

de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b. (ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil Reservas de Lucros Estatutária Estatutária para Outros Capital Aumento Pagamento Resultados Lucros de Dividendos de Capital Social **Abrangentes Totais** Saldos em 31 de dezembro de 2021 23.000.000 2.299.701 22.609.221 85.526 48.529.816 Ajuste Reflexo de Controlada po Adoção de Novas Práticas Contábeis (338.069)(338.069)Saldos em 1º de janeiro de 2022...... 23.000.000 2.299.701 22.609.221 85.526 535.368 (338.069) 48.191.747 (2.500.000)Lucro Líquido do Exercício (1) Aiuste de Avaliação Patrimonial (102.438)(102.438)Resultados Abrangentes do Exercício. 6.220.406 Destinações: - Reservas 3.229.709 (3.542.865)- Juros sobre o Capital (2.720.246)Saldos em 31 de dezembro de 2022 25.500.000 2.612.857 23.338.930 85.526 432.930 (278.336) 51.691.907 Lucro Líquido do Exercício.. 4.577.378 4.577.378 Ajuste de Avaliação Patrimonial Resultados Abrangentes do Exercício 5.234.017 Destinações: - Reservas. 214.952 544,401 (759.353) - Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (2.200.000)(3.539.689)(5.739.689)

Saldos em 31 de dezembro de 2023 27.500.000 2.827.809 1.089.569 (1) Contempla ajuste de R\$ 59.733, referente a apresentação retrospectiva por adoção das novas práticas, conforme Nota 5a

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RO - Em Reais mil	
2023	2022
4.577.378	6.322.844
656.639	(102.438)
(113.067)	126.544
769.706	(228.982)
5.234.017	6.220.406
	4.577.378 656.639 (113.067) 769.706

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições"

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição

social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos cré-

ditos tributários estão apresentados na Nota 18. i) Apuração do resultado O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos

resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial j) Outros ativos e passivos os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 19. 4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

vistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados: Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxc de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação. Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prémios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente

Provisões e passivos contingentes As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos

assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023:

CPC 50 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. A norma entrou em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023. Ajuste reflexo de controlada por adoção de novas práticas contábeis:

Em 1º de janeiro de 2023 o Banco Bradesco S.A. "Bradesco" investimento com influência significativa da Coligada da Sociedade, alterou sua política contábil resultante da adoção de um novo pronunciamento contábil. A IFRS 17 (CPC 50) traz como regra de transição a aplicação retrospectiva dos seus efeitos, desta forma, apresentamos a seguir a reconciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, com o impacto desta

			NIII ÇA
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022	Apresentação dos saldos anteriores	Adoção IFRS 17 (CPC 50)	Apresentação dos saldos atuais
Ativo			
Circulante	4.611.483	-	4.611.483
Não circulante	51.402.044	316.540	51.718.584
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados			
abrangentes	2.111.122	_	2.111.122
Outros ativos	5.029.377	_	5.029.377
Investimentos	44.261.545	316.540	44.578.085
Total do ativo	56.013.527	316.540	56.330.067
Passivo			
Circulante	1.923.937	-	1.923.937
Não Circulante	2.714.223	-	2.714.223
Patrimônio líquido	51.375.367	316.540	51.691.907
Capital social	25.500.000	-	25.500.000
Reservas de Lucros	26.037.313	-	26.037.313
Outros resultados abrangentes	(161.946)	594.876	432.930
Lucro/(Prejuízos) acumulados (1)	·	(278.336)	(278.336)
Total do passivo e patrimônio líquido	56.013.527	316.540	56.330.067

(1) Valor referente a ajuste de adoção de novas práticas contábeis, sendo R\$ (338.069) de adoção inicial e R\$ 59.733 do exercício de 2022 Adoção IFRS 17 Apresentação dos Apresentação dos Demonstração de resultado acumulado em 31 de dezembro de 2022 saldos anteriores 6.289.327 saldos atuais 6.349.060 (CPC 50) Receitas (Despesas) operacionais..... Resultado de equivalência patrimonial... 5.848.213 59.733 5.907.946 Outras receitas/Despesas operacionais. (315.624) (315.624) Resultado financeiro 756.738 756.738 Resultado antes da tributação sobre o lucro... 6.289.327 6.349.060 59.733 Imposto de renda e contribuição social... (26.216) (26.216)

CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades fornecam informações mais úteis aos usuários das demonstrações financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram

6.263.111

59.733

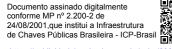
6.322.844

identificados impactos na Sociedade. CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanca de Estimativas Retificação de Erro. As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer tributos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o tributo diferido sobre tais transações é aplicável a partir

de 1º de janeiro de 2023. Não foram identificados impactos na Sociedade. b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Alterações do IFRS 16 Arrendamentos. As mudanças preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.
- Alterações ao IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras. As alterações visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com covenants, para que os usuários das demonstrações financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das demonstrações financeiras em função da aplicação das alterações sobre a classificação de passivos como "correntes" e "não correntes", emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.



Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32 Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto guando de outra forma mencionado)

- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações se referem à divulga- 7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ção de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das demonstrações financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade avaliou as alterações propostas e não identificou impactos em suas demonstrações
- Alterações ao IAS 21 Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras As alterações visam definir sobre como avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e qual a taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é passível de troca. Em resumo, a possibilidade de troca de uma moeda por outra, deve ser avaliada na data de mensuração e para uma finalidade específica. Caso (1) Esta aplicação financeira, classificada como equivalente de caixa, tem resgates automáticos diários e são utilizadas para gerenciamento de caixa conclua-se que a moeda é passível de troca, aplica-se os requerimentos do IAS 21. Caso contrário, estima-se a taxa de câmbio à vista na data de mensuração, usando uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de avaliação. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a aplicação antecipada. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- 6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

10) INVESTIMENTOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco R\$ 2.133.547), e uma marcação a mercado de R\$ 4.386 (2022 - R\$ (22.425)), com vencimento em junho de 2026. de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina **9) VALORES A RECEBER**

Certificado de depósito bancário (1)... 1.215.489 1.672.805 com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. 8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a (i) 16.962.687 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida

Bradespar, cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.309.520 (2022 - R\$ 1.507.644), sendo o custo atualizado de R\$ 682.896 (2022 - R\$ 682.896), e o ajuste a valor de mercado de R\$ 626.624 (2022 - R\$ 824.748); e (ii) aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 1.165.002 (2022 - R\$ 2.111.122), sendo o valor de custo atualizado R\$ 1.160.616 (2022 -

Disponibilidades em moeda nacional

Em 31 de dezembro de 2022, refere-se a contrato de mútuo no valor de R\$ 971,456, totalmente liquidado em 7 de novembro de 2023,

e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos

10, 1111201111100				
Os ajustes decorrentes da avaliação	pelo método de equivalência p	atrimonial bem como os valore	s dos investimentos estão o	lemonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro

2023

58.487

2022

Exercícios findos em 31 de dezembro

Exercícios findos em 31 de dezembro

Exercícios findos em 31 de dezembro

402.612

Em 31 de dezembro

Em 31 de dezembro

						Participação				
		Patrimônio		Quantidade o	de ações	no capital				
Empresas	Capital social	líquido	Resultado	possuídas (e	em mil)	social %	Total dos inve	stimentos	Ajuste decorrente	de avaliação (3)
				ON	PN		2023	2022	2023	2022
Bradesco (1)	87.100.000	166.330.965	14.251.329	2.430.313	1.292	22,85	37.971.742	36.447.161	3.138.404	4.686.541
NCF Participações S.A. ("NCF")	10.458.595	19.262.575	1.469.288	1.367.843	-	39,51	7.610.509	6.813.291	561.302	718.362
Bradespar (2) (5)	4.600.125	7.834.019	1.896.619	50.695	340	12,98	1.017.077	970.725	237.230	474.208
Titanium Holdings S.A. ("Titanium")	410.320	719.610	67.523	52.014	-	47,00	338.208	306.967	31.608	28.835
Ágio - Titanium (4)	-	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-
Ágio - Bradesco (4)	-	-	-	-	-	_	4.416	4.416	-	-
Total							46.977.477	44.578.085	3.968.544	5.907.946

- (1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2023
- (2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;
- (3) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
- (4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e
- (5) Empresa holding com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Sociedade (risco de crédito), aqueles internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

A Sociedade é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 2.572.236 (2022 - R\$ 2.082.817). A Administração da Sociedade entende foram pagos em 15 de setembro de 2023. que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos

não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

A Sociedade não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas,

respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Provisão para riscos fiscais

	Em 31 de dezen	
	2023	2022
No início do exercício	2.262.458	1.824.569
Atualização monetária	217.821	169.512
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	305.594	268.377
No final do exercício	2.785.873	2.262.458

sos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos. c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, (3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos. amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2023, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R\$ 34.141 (2022 - R\$ 32.817), do qual R\$ 27.041 (2022 - R\$ 25.757) refere-se a cobranças atreladas ao não reco-

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

nhecimento, pelo Fisco, de compensações de débitos com créditos de IRPJ e CSLL gerados em exercícios anteriores

		Em 31 de dezembro
	2023	2022
Ordinárias	7.841.959.524	7.841.959.524
Total	7.841.959.524	7.841.959.524
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 24 de abril de 2023, deliberou-se aumentar o Cap		

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 2.500.000, elevando-o de R\$ 23,000,000 para R\$ 25,500,000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária" b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	4.577.378	6.322.844
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	7.841.960	7.841.960
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,58	0,81
c) Lucro por ação diluído		

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis. d) Reservas de lucros

- Reserva legal (i)	2.827.809	2.612.857
- Reserva estatutária (ii)	19.768.857	23.424.456
Total	22.596.666	26.037.313
(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingi	r 20% do capital social int	egralizado. A reserva
legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para comp	ensar prejuízos ou aument	tar o capital social; e
(ii) A recerve estatutária vica à manutanção de margam energianal compatíval com o decenvelvim	anto das operações ativas	da Campanhia na

dendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; Em 14 de setembro de 2023, foi aprovada a deliberação para pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.200.000, utilizando parte do saldo da e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta "Reservas de Lucros - Estatutária", não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, os quais

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrado a sequir.

_	KŞ MIL	<u></u> % (1)
Lucro líquido do exercício	4.577.378	
Reserva legal	(214.952)	
Base de cálculo ajustada	4.362.426	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2)	3.539.689	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(342.790)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2023	3.196.899	73,3
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2022	2.456.813	41,3

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos proces- (1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP Intermediário deliberado em junho/23 no valor de R\$ 388.000 pago em julho/23, JCP Intermediário deliberado em dezembro/23 no valor de R\$ 828.000 pago em janeiro/24, e JCP Complementar deliberado em dezembro/23 no valor de R\$ 2.072.000 a ser pago em julho/24; e

_	2023	2022
Contribuição à Cofins	252.199	221.643
Contribuição ao PIS	53.395	46.735
Outras	4	5
Total	305.598	268.383
14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		

	2023	2022
Pessoal	3.936	42.560
Serviços de terceiros	218	739
Editais e publicações	59	124
Outras	-	3.818
Total	4.213	47.241

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS Refere-se a indébitos tributários no montante de R\$ 71.736.

16) RESULTADO FINANCEIRO

327.712 264.372 109.098	261.165 270.020
264.372	
	270.020
109.098	2,0.020
	138.837
108.049	123.680
88.258	132.592
49.770	=
-	73
947.259	926.367
(217.883)	(169.629)
(217.883)	(169.629)
720 776	756.738
	88.258 49.770 - 947.259 (217.883)

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações

a)	As transações	com partes	relacionadas	estão	assim represe	ntadas:

a, 7.5 c. a								
								Em 31 de dezembro
	Controlado	or (1)	Controle conjunto e	coligadas (2)	Pessoal-chave da a	ıdministração	Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos:								
Caixa/Disponibilidades	-	-	1.215.489	1.672.810	-	-	1.215.489	1.672.810
Aplicações financeiras	-	-	1.165.002	2.111.122	-	-	1.165.002	2.111.122
Valores a receber de ligadas	-	971.456	-	-	-	-	-	971.456
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	-	1.690.579	1.430.636	-	-	1.690.579	1.430.636
Passivos:								
Juros sobre capital próprio a pagar	2.225.201	1.607.380	-	-	412.901	298.260	2.638.102	1.905.640
							Exercício findos	s em 31 de dezembro
	Controlado	or (1)	Controle conjunto e	coligadas (2)	Pessoal-chave da a	dministração	Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receitas/(despesas) de juros/outras	109.098	106.446					109.098	106.446
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(2.951.030)	(2.267.862)	2.940.507	2.556.624	(588.659)	(452.384)	(599.182)	(163.622)

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação"); e (2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R\$ 760 para remuneração dos Administradores e de R\$ 2.220 para custear planos de previdência privada

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	2023	2022
Remuneração	757	19.060
Total	757	19.060
Benefícios pós-emprego		
	Exercícios findos em 31 de dezembr	
	2023	2022
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.220	23.500

23.500 A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social		
	Exercícios findos em 31 de dezemb	
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.459.845	6.349.060
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.516.347)	(2.158.680)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.349.305	2.008.702
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	56.463	68.107
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(999.772)	(869.252)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	1.203.494	924.884
Outros valores	24.390	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	117.533	(26.216)
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social		
_	Exercícios findos	em 31 de dezembro
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	(118.949)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	40.752	92.733
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	20.324	-

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	Constituição	Realização	2023
Provisões fiscais	754.559	114.577	-	869.136
Outros	5.381	16	(19)	5.378
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	759.940	114.593	(19)	874.514
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	76.781	-	76.781
Total dos créditos tributários	759.940	191.374	(19)	951.295
Obrigações fiscais diferidas (Nota 18e)	451.765	73.822	(58.247)	467.340
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	308.175	117.552	58.228	483.955
d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferença	as temporárias			
			Em 3	1 de dezembro

Diferenças temporárias Prejuízo fiscal Base negativa Imposto Contribuição Contribuição Imposto social 3.943 1.420 56.457 20.324 82.144 639.070 230.065 869.135 56.457 231.489 643.025

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários no montante de R\$ 822.300 (2022 - R\$ 670.731), sendo: R\$ 746.963 (2022 - R\$ 670.731) de diferenças temporárias e R\$ 75.337 (2022 - R\$ 0) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

	2022	Constituição	Realização	2023
tualização de depósitos judiciais	178.976	73.822	-	252.798
otal dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	178.976	73.822	-	252.798
juste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	272.789	-	(58.247)	214.542
otal dos impostos diferidos (Nota 18c)	451.765	73.822	(58.247)	467.340

Em 31 de dezembro de 2023, não foram constituídos créditos tributários, no montante de R\$ 22.470 (2022 - R\$ 22.470), os quais serão registrados

g) Tributos a compensar ou a recuperar Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 1.153.939 (2022 - R\$ 1.215.164), referem-se a imposto de renda e contribuição social de

exercícios anteriores. h) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 473 (2022 - R\$ 1.894), refere-se, basicamente, a provisão sobre o parcelamento da anistia

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022; e 92.733 b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro

56.457

117.533

117.533

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura

Total dos impostos diferidos.

Preiuízo Fiscal

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/03/2024 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/CidadedeDe Hash:17115721256bc1f271071241e594a02384a23f1584

Imposto de renda e contribuição social do exercício

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32 Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Milton Matsumoto

Membros

Denise Aquiar Alvarez Alexandre da Silva Glüher Maurício Machado de Minas Rubens Aquiar Alvarez Octavio de Lazari Junior Marcelo de Araújo Noronha

Cassiano Ricardo Scarpelli Rogério Pedro Câmara Moacir Nachbar Junior Maria Angela Aguiar

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretor-Vice-Presidente

Milton Matsumoto

Diretores

Denise Aquiar Alvarez Rubens Aquiar Alvarez

Vinícius Panaro Contador - CRC 1SP324844/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas, Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de KPMG Auditores Independentes Ltda. segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam CRC 2SP-027685/O-0 F SP

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseguentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

Cláudio Rogélio Sertório Contador CRC 1SP212059/O-C

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/03/2024 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code

Deus1575163828032024.pdf

Hash:17115721256bc1f271071241e594a02384a23f1584